

## Ata da VII Reunião Ordinária da Gestão 2012-2013

29 de novembro de 2012

1 Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no auditório do  
2 anexo I do Palácio do Planalto foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
3 de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Gestão 2012-2013, órgão de  
4 assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28  
5 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro  
6 de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista  
7 de presença encontra-se anexa. A Pauta seguida foi: 1. Informes - Maria Emília  
8 Pacheco – Presidenta do Consea – 2. Explicação sobre a execução, de uma proposta  
9 de Política de Abastecimento; 3. Debates e encaminhamentos relativos à proposta da  
10 Política de Abastecimento; 4. Leitura da carta em homenagem ao Dia Nacional de  
11 Zumbi e da Consciência Negra; 5. Ato de assinatura do acordo de atuação conjunta  
12 entre a CONAB e o BNDES para viabilizar apoio a agricultores e agricultoras familiares;  
13 6. Balanço da atuação do CONSEA em 2012 feita pelos Coordenadores e  
14 Coordenadoras das Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho; 7. Aprovação do  
15 tema da primeira pauta da plenária de fevereiro de 2013. 8. Finalização da composição  
16 do CONSEA, integração da FUNAI e indicação de dois integrantes para ocupar as duas  
17 vagas da sociedade civil para a aprovação da plenária. A Sra. Maria Emília Pacheco  
18 deu início a reunião cumprimentando a todos mostrou a pauta da reunião, justificou que  
19 não haveria a aprovação da ata anterior porque a referida ata não havia ficado pronta a  
20 tempo, por problemas de atraso na entrega do áudio para a gravação. Convidou  
21 para compor a mesa a senhora secretária Maia Takagi, da Secretaria de Segurança  
22 Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o  
23 senhor José Carlos Vaz, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e  
24 Abastecimento, o Conselheiro Renato Maluf, o Conselheiro Sílvio Porto da CONAB, a  
25 senhora Ivani e o Conselheiro Carlos Eduardo Leite. Passou ao item 1 da pauta,  
26 Informes - A Sra. Maria Emília Pacheco informou que os presentes encontrariam na  
27 pasta o calendário das plenárias 2013, que continha a relação das datas, a relação de  
28 atividades que seriam realizadas pelo CONSEA e por outras organizações que os  
29 convidariam para atividades, que a próxima plenária seria no dia 27 de fevereiro e que  
30 o Ministro da Agricultura, demonstrou todo o empenho em participar da plenária, mas  
31 estava impossibilitado por várias razões de comparecer, mas que havia enviado seu  
32 pedido de desculpas e um representante para substituí-lo. Agradeceu ao grupo que  
33 preparou a plenária, o senhor Renato Maluf, o senhor Valter do MPA, o senhor Sílvio  
34 Porto, a senhora Priscila, o senhor Rogério da CONAB, o senhor Eduardo da CONAB,  
35 a senhora Rocilda, o senhor Marcelo Piccini e todos os outros participantes que não  
36 haviam sido citados, mas que igualmente teriam contribuído. Em seguida, convidou o  
37 senhor o senhor José Carlos, para falar sobre a construção de uma política de  
38 abastecimento. O senhor José Carlos cumprimentou a todos, agradeceu a  
39 oportunidade e transmitiu as saudações do Ministro Mendes Ribeiro, que estava  
40 impossibilitado de comparecer à reunião. Revelou que o Ministro lhe pediu que ele,  
41 como Secretário Executivo e o Secretário do Desenvolvimento Agropecuário e  
42 Cooperativismo, o senhor Caio Rocha, que estivessem à disposição para apoiar o

43 senhor Silvio no trabalho que era muito importante para a agricultura e para os demais  
44 segmentos da sociedade brasileira. Falou que o Ministério da Agricultura era antigo e  
45 como a maior parte dos Ministérios criados há mais tempo era muito territorial, além de  
46 ser estratégico e normativo, era muito regulatório e operacional, atuava no Brasil todo e  
47 nas mais diversas instâncias, tinha relacionamento direto com os cidadãos, com o  
48 usuário, era uma máquina pesada e com todas, possuía as consequências advindas e  
49 o fato de ele ter tido muita descontinuidade administrativa. Neste sentido, a proposta do  
50 Ministro, para tudo o que fosse feito fosse interno, ou externamente, era trabalhar muito  
51 com o diálogo, fazer o consenso através do debate sem restrições a rediscutir  
52 posicionamentos do Ministério, E nesse trabalho que o Ministro Mendes estava  
53 fazendo, foram abertas duas frentes: uma primeira muito focada nas questões  
54 institucionais da agricultura e da pecuária, que existia uma série de documentos legais  
55 e ordenamentos políticos de governo que tinham de ser revistas, estabelecidas e  
56 alguns gargalos que tinham de ser superados para dar um apoio ao desenvolvimento  
57 das atividades dos produtores rurais. Um caso típico, era a questão do código florestal,  
58 um tema que tinha que ser superado. A segunda, era olhar mais para a agricultura,  
59 relacionado à sustentabilidade da agricultura, mas não abrangendo apenas a questão  
60 ambiental, deveria envolver o estabelecimento de políticas proativas, onde levariam a  
61 pesquisa, como seria feita a capacitação dos produtores, sobre redução dos diversos  
62 tipos de desperdícios, excesso de aplicação de fertilizantes e agrotóxicos, perdas na  
63 colheita no armazenamento, no transporte, a questão da logística, a questão o  
64 fortalecimento da EMBRAPA, fonte de recursos para pesquisa. E uma terceira frente,  
65 era da política agrícola, tentando começar a ter uma visão cada vez mais abrangente  
66 dos diversos instrumentos, das diversas questões da política agrícola trabalhando de  
67 forma matricial com o todo o Governo, com a Casa Civil, com o Ministério da Fazenda,  
68 planejamento, MDA e Ministério da pesca, além de utilizar os braços muito fortes que o  
69 Ministério possuía, a CONAB e a EMBRAPA que também, por sua vez, precisavam  
70 passar por uma rediscussão e revitalização. Esclareceu que a agricultura estava  
71 passando por um bom momento e que percebiam da presidenta Dilma, uma atenção  
72 especial para o setor, que linhas de atuação e encomendas para todos os Ministérios  
73 envolvidos com o assunto estava sendo implementadas e que isso permitiria superar  
74 alguns gargalos. Primeiro, a Presidenta Dilma encomendou um revisão dos conceitos,  
75 das premissas, da própria forma de geração de atuação da política agrícola como um  
76 todo. Outra questão é a Agência de Assistência Técnica, a revitalização da CONAB. Há  
77 também uma discussão sobre a Política Nacional de Armazenamento, que envolva não  
78 só os armazéns públicos, mas os armazéns privados também, isso irá interagir com a  
79 questão da Política Agrícola e até com uma proposta da questão da Política Nacional  
80 de Abastecimento e a própria questão do Seguro Agrícola, e que estes  
81 acompanhamentos estavam assegurando a expansão do Seguro Agrícola. Percebeu  
82 que no CONSEA estavam discutindo os mesmos pontos discutidos no Ministério. O  
83 primeiro era a questão das Centrais de Abastecimento, que as Centrais de  
84 Abastecimento era uma prioridade do Ministério da Agricultura e que trabalhariam em  
85 equipe com o CONSEA e com todas as centrais, no sentido de se trabalhar para o  
86 fortalecimento da rede das Centrais de Abastecimento. O segundo tópico era a questão  
87 dos agrotóxicos, que era oportuno construir um diálogo, sobre como era a política

88 de aplicação de agrotóxicos no País. Que já havia uma boa relação de discussão com  
89 o IBAMA e com a ANVISA, desde o início do ano, houve o restabelecimento do comitê  
90 entre os três Ministérios, para tentar harmonizar os pontos de vistas e a forma como  
91 atuam nos registros dos agrotóxicos. Outro ponto que o senhor José Carlos colocou  
92 sobre a Política Nacional de Abastecimento, foi que o Ministro recomendou que  
93 dessem apoio e participassem dos trabalhos de encaminhamento da proposta. Falou  
94 também sobre a discussão que estava sendo feita sobre a criação da Secretaria de  
95 Abastecimento. Por último, passou aos presentes, uma disposição do Ministério da  
96 Agricultura de estar mais presente no CONSEA. Pediu que fizessem uma reflexão  
97 sobre como o Ministério da Agricultura poderia se fazer mais presente no CONSEA. De  
98 pronto, a Presidente do CONSEA passou a palavra o senhor Conselheiro Renato  
99 Maluf. Esclareceu que sua fala seria de opiniões pessoais, sem nenhuma discussão no  
100 CONSEA. Agradeceu o apoio das senhoras Juliana e Priscila, na montagem da  
101 apresentação que ora iria realizar. Esclareceu que organizou sua apresentação em  
102 quatro partes: primeiro, uma parte mais de conceituação, segundo uma retrospectiva  
103 do Brasil, terceiro uma política de abastecimento e quarto algumas sugestões para  
104 discussão. Esclareceu que o abastecimento tinha como referências, como campo da  
105 atuação, tanto os bens, como a maneira como a população se apropriava deles.  
106 Continuou discorrendo sobre a conceituação de abastecimento, referindo-se sobre o  
107 campo de ação estratégico para a construção da segurança alimentar, dos direitos e da  
108 soberania, que contribuiu para dar um significado ao abastecimento que  
109 correspondesse à sua localização estratégica, permitindo a articulação entre a  
110 promoção de modelos de produção e a promoção do acesso a uma alimentação  
111 saudável e que foi dessa maneira que se começou a construir em 2005 a proposta de  
112 abastecimento. Esclareceu que o abastecimento não se resumia a equacionar  
113 problemas de comercialização dos agricultores, que o abastecimento aparecia como  
114 uma preocupação de quem queria assegurar que os bens existissem e que seus  
115 preços não causassem danos do ponto de vista, sobretudo, da inflação, que este era  
116 um olhar muito próprio do Ministério da Fazenda e Planejamento, uma área mais  
117 econômica. Falou da importância das Centrais de Abastecimento. Discorreu ainda  
118 sobre segurança alimentar, preços, Políticas Públicas, inflação, transferências de  
119 renda, política de salário mínimo para assegurar o acesso aos alimentos, a suficiência  
120 e o papel do comércio nacional, o papel da produção doméstica e o papel do comércio  
121 nacional no abastecimento alimentar do país, mudanças nos hábitos de consumo e  
122 alimentares da população, que interferiam no consumo, abastecimento e na saúde da  
123 população. Reafirmou sobre a importância de promover circuitos locais, que  
124 aproximassem produção de consumo. Para finalizar, referiu-se à agricultura familiar. A  
125 Presidente agradeceu e em seguida passou a palavra para o senhor Silvio Porto que  
126 agradeceu a todos e iniciou sua fala fazendo um pequeno histórico sobre a criação do  
127 CT5 em maio do ano passado, com a finalidade de acompanhamento e apresentação  
128 das propostas, em função do projeto de lei do senador Crivela, o projeto de lei 51 de  
129 2008, que propunha a instituição de uma Política Nacional de Abastecimento. Elogiou a  
130 iniciativa do Senador, no sentido de forçar o próprio Governo, a retomada no CONSEA  
131 e na CAISAN, a retomada do tema abastecimento. Falou dos princípios por acreditar  
132 ser extremamente relevante e que dialogava com uma série de questões que o senhor

133 Renato já havia levantado. Falou do princípio da soberania e da segurança alimentar  
134 nutricional, do direito humano à alimentação adequada, da promoção, do respeito aos  
135 produtos da biodiversidade, da questão do mercado local, da ideia da regionalização, e  
136 de se ter uma alimentação bastante diversificada, como forma inclusive de representar  
137 uma garantia e uma segurança no sentido nutricional. Referiu-se ainda, a temas  
138 ligados ao segundo princípio, como a igualdade e oportunidade entre as diferentes  
139 regiões e biomas do País, participação e controle social. Continuou discorrendo sobre o  
140 aperfeiçoamento dos mecanismos de compras governamentais ampliação do acesso  
141 ao mercado da produção da agricultura familiar, de assentamentos de reforma agrária,  
142 povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, da valorização dos  
143 circuitos locais e regionais da produção ao consumo de alimentos e da minimização  
144 das formas abusivas de intermediação que incorporasse a perspectiva de apoio ao  
145 pequeno varejo, redução do desperdício de alimentos a partir de monitoramento  
146 evitando a sua volatilidade, incentivo à produção e distribuição do consumo de  
147 alimentos in natura, frutas e hortaliças saudáveis, promoção de hábitos alimentares  
148 regionais, zelo pela inoquidade química, física, genética e biológica dos alimentos,  
149 asseguramento do direito à informação ao consumidor, adoção de medidas que  
150 contribuísse com o disciplinamento da rotulagem e publicidades dos produtos e  
151 alimentos. Por fim, sugeriu ações a serem implementadas como: a promoção de ações  
152 que contribuíssem com o cumprimento dos objetivos, apoio aos circuitos locais e  
153 regionais, promoção e incentivo à produção da produção orgânica e agroecológica,  
154 diálogo com a Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia, promoção do  
155 desenvolvimento de tecnologias apropriadas, orientação tanto da produção, quanto do  
156 consumo de alimentos, compra pública, promoção da atuação integrada no  
157 abastecimento em nível local por meio da formação em redes de equipamentos  
158 públicos que atuassem de forma integrada, a revitalização de equipamentos estaduais  
159 e municipais, estímulo à formação de redes solidárias de produção, comercialização e  
160 distribuição e consumo de alimentos, instituição de um sistema de formação agrícola e  
161 por fim, falou da gestão da política que compreendia uma idéia sistêmica, uma idéia  
162 intersetorial. Como próximo passo, revelou que a CAISAN encaminharia por meio do  
163 MDS, à Casa Civil e o próprio Ministério da Agricultura faria da mesma forma como já  
164 anunciado pelo secretário. A Presidente anunciou a senhora Ivani Teixeira que iniciou  
165 sua fala, relatando sua experiência em abastecimento e segurança alimentar em Santo  
166 André, São Paulo. Caracterizou a cidade, fez um breve histórico sobre o abastecimento  
167 do município, falou da área de abastecimento, do número de sacolões e feiras, CEASA,  
168 bem como seus horários de funcionamento, sobre o número de agricultores e  
169 beneficiados. Mostrou os programas realizados pelo município, como alimentação  
170 escolar, restaurante comunitário e o número de pessoas atendidas. A Presidenta  
171 agradeceu a explanação da senhora Ivani, disse que o seu relato ajudou a pensar a  
172 política do ponto de vista do sistema, chegando até os municípios. Convidou o  
173 Conselheiro Carlos Eduardo para iniciar a sua fala. O senhor Carlos Eduardo revelou  
174 que foi feito um trabalho de sistematização das comissões e o objetivo era contribuir  
175 com o documento que foi recebido para leitura nas comissões e que esse documento  
176 seria a base para uma exposição de motivos do CONSEA sobre a questão da Política  
177 Nacional de Abastecimento. Informou que recebeu das comissões uma série de

178 sugestões, algumas terminologias, alguns enfoques, que iriam ser encaminhados para  
179 a secretaria executiva do CONSEA, para o processo de elaboração e que iriam entrar  
180 na exposição de motivos. Falou da primeira questão de sua explanação que era sobre  
181 a sua contribuição sobre a questão do diagnóstico que foi feito no documento  
182 elaborado pela comissão preparatória para a plenária que estava acontecendo.  
183 Reforçou o papel do Estado na regulação na oferta adequada de alimentos como  
184 fundamental para a estratégia de abastecimento. Sugeriu que se reforçasse no  
185 documento a importância da agricultura familiar e camponesa na produção de  
186 alimentos, bem, como valorizasse o papel dos extrativistas e da agricultura urbana.  
187 Falou da importância do processo agroecológico, principalmente no aprimoramento da  
188 interface da Política de Abastecimento, com a Política Nacional de Agroecologia e  
189 produção orgânica. Citou sobre a importância da participação e controle social da  
190 política, Reveou que foi feito um alerta para a importância do acompanhamento do  
191 Governo no Congresso, Falou de uma questão para aprofundamento que não aparecia  
192 nos PLs foi sobre o fato do CONSEA apontar uma necessidade de aprofundamento e  
193 que não ficava claro um Sistema Nacional de Abastecimento no PL, como é que  
194 tratariam uma política de abastecimento, se ela não tinha um desdobramento e  
195 encadeamento entre o plano federal, estadual e municipal. Outro elemento abordado  
196 foi o estabelecimento de parâmetros mínimos para o nível de estoque de alimentos e a  
197 adoção de medidas concretas que garantissem a manutenção dos estoques nesses  
198 patamares, era necessário instituir um sistema de monitoramento no nível de estoque  
199 que assegurasse patamares mínimos capazes de garantir a soberania e a segurança  
200 alimentar da população brasileira. Falou ainda do fortalecimento dos mercados  
201 públicos, da importância de tentar incorporar mais a presença do agricultor familiar na  
202 CEASA, do fortalecimento do programa de aquisição de alimento, do Programa  
203 Nacional de Alimentação Escolar e da Política Nacional Agroecologia e Produção  
204 Orgânica como parte de uma estratégia ampla e multissetorial do abastecimento, da  
205 articulação da Política Nacional de Abastecimento com o plano intersectorial de  
206 Prevenção e Controle da Obesidade e finalmente da combinação e implementação da  
207 Política Nacional de Abastecimento Alimentar com ações de educação alimentar e  
208 nutricional e promoção do acesso a alimentos saudáveis adequados especialmente  
209 frutas, legumes e verduras. A senhora Maria Emília agradeceu e anunciou a fala do  
210 senhor Fonteles. O senhor Fonteles agradeceu a todos e todas e informou que haviam  
211 terminado de fazer as audiências públicas pela Subcomissão Especial de Avaliação do  
212 Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e deveriam apresentar o  
213 relatório na próxima semana. Aproveitou seu turno de fala para dizer que fez uma  
214 leitura do documento e entendeu que a proposta vindo do Executivo, precisava ser  
215 mais detalhada, que precisavam colocar números, dados, objetivos, mais a questão  
216 dos armazéns, para atender a agricultura familiar, pois precisavam valorizar agricultura  
217 familiar. Disse que queria deixar em seu turno de fala o seu descontentamento na  
218 ofensiva que precisavam fazer para cima do Governo e ter um pouco mais de  
219 coerência, porque o que estavam vendo era que cada vez o setor se organizava e tenta  
220 dentro do Congresso, atrasar e prejudicar as conquistas como era o caso do Código  
221 Florestal. A senhora Presidenta anunciou o padre João que saudou a todos, disse que  
222 estava feliz por participar do processo e que o projeto de lei seria do Governo, já vinha

223 com toda a participação, que era mais uma questão de formalidade, mas como o  
224 próprio CONSEA endossava, participava, ajudava na construção, já tinha um grande  
225 respaldo. Falou da importância estratégica em relação ao abastecimento, tanto das  
226 CEASAs, como da CONAB. Destacou a perda das safras não existia, que não tinha um  
227 plano estratégico na estrutura. Trouxe outra preocupação que dizia respeito à questão  
228 do agrotóxico, que na citação da ANVISA não estava esclarecido, como mereciam.  
229 Encerrou dizendo que: “e os espaços que às vezes poderiam ser melhor otimizados,  
230 alguns lugares, tanto a CONAB, quanto as CEASAs, muito ainda a desejar”. A senhora  
231 Maria Emília agradeceu e antes de chamar o próximo palestrante, esclareceu o  
232 CONSEA ainda naquele dia iria se manifestar com uma recomendação a propósito da  
233 exoneração de um técnico do TGTOX da ANVISA e informou que estavam num  
234 processo de sistematização das valiosas contribuições que pesquisadores e gestores  
235 trouxeram na mesa de controvérsia sobre agrotóxicos e que posteriormente marcariam  
236 um momento. Dada a palavra ao senhor Mário, disse que não precisaria se deter a  
237 dizer da importância que os CEASAs tinham no Sistema Nacional de Abastecimento.  
238 Também não era necessário falar do momento difícil, porque pelo qual as ferramentas  
239 importantes estavam passando, mas que o Ministério da Agricultura se mostrou  
240 sensível à situação pelo qual os CEASAs passavam, resolveu constituir uma comissão  
241 para elaborar um Plano Nacional de Abastecimento, que na verdade é muito mais um  
242 documento voltado a reestruturação e revitalização dos CEASAs e que, portanto, tinha  
243 que estar integrado, inserido na discussão geral de uma política nacional e de um  
244 Sistema Nacional de Abastecimento do País, temas que tratados no PL, que estavam  
245 discutindo no CONSEA e no PL 174. A Presidenta agradeceu a participação do senhor  
246 Mário e informou que se sentiam honrados com a presença da ABRACEM no  
247 CONSEA. Passou a palavra para o senhor Silvino. O senhor Silvino avisou que faria  
248 uma fala de conteúdo político. Falou da importância da Política Nacional de  
249 Abastecimento, que considerava aprovada a Política Nacional de Agroecologia, Plano  
250 Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, imaginava que até abril de 2013 no  
251 máximo, fechariam a cadeia de políticas centrais. Continuou revelando que tinham que  
252 considerar numa visão mais ampla a importância dessa política. E por último disse se  
253 tudo o que estava dizendo era correto, tinham que tratar a Política Nacional de  
254 Abastecimento e quando chegasse a questão da política Nacional de Agroecologia e  
255 Produção Orgânica, da mesma forma ou semelhantemente como trabalharam a  
256 questão da LOSAN, tinha que ser uma grande articulação política e social, no  
257 Congresso, o Governo, setores sociais, tinham que pensar concretamente como  
258 mobilizariam a sociedade. O senhor Natal saiu do campo político e voltou à questão  
259 mais técnica, mas que também eram políticas. Levantou primeiramente a questão de  
260 que a discussão estava voltada para regiões urbanas, metrópoles indagou como ficava  
261 a Política de Abastecimento pensando os pequenos municípios e o regiões rurais.  
262 Outro ponto abordado pelo senhor Natal foi a possibilidade de existir uma  
263 complementaridade muito grande entre circuitos longos de distribuição e os ditos  
264 circuitos curtos de distribuição de alimentos. Que tal situação poderia ser exemplificada  
265 a partir da experiência de Santo André onde a CEASA incorporou uma discussão de  
266 feira dentro do espaço se democratizando. Levantou a partir disso a questão de como  
267 tirar da invisibilidade os circuitos curtos. Por último, colocou o problema do

268 abastecimento e a questão específica das feiras, se queriam uma política de  
269 abastecimento, tinham começar a discutir o problema levando em consideração as  
270 comunitárias, como equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. A  
271 senhora Elza falou da importância agricultura orgânica e da agroecologia como  
272 instrumento, para deslanchar o SISAN, que seria um grande desafio do próximo ano  
273 fazer o sistema acontecer nos municípios e que o PL, seria um elemento alavancador  
274 nessa direção, que era importante fortalecer os CONSEAs, e ter instrumentos e  
275 políticas para que a segurança alimentar. O pastor Verner sugeriu que na exposição de  
276 motivos para organizar um pouco melhor, que a justificativa de uma Política Nacional  
277 de Abastecimento Alimentar, tinha que se basear em riscos e também em realidades  
278 que já existiam. Que se tinham mudanças climáticas, a pergunta seria qual deveria ser  
279 o estoque razoável e qual seria o nível de estoque que seria necessário para garantir a  
280 soberania e segurança alimentar. Outro ponto abordado pelo pastor Verner foi a  
281 questão, o PL da CAISAN que também falava da questão dos custos de produção, que  
282 influía nos custos dos preços e não estava sendo citado isso, de que os insumos eram  
283 os que mais causavam a inflação dos preços. Tinham que observar as sementes, o  
284 adubo e tinham que ter o monitoramento. A senhora Letícia levantou questões sobre o  
285 desaparecimento dos recursos genéticos e das sementes tradicionais. Falou também  
286 que as comunidades indígenas não apareciam como produtores, ou como colhedores  
287 das frutas tradicionais. O senhor Dourado, após anunciado pela Presidenta, lembrou  
288 que a principal pauta do movimento indígena sempre foi e a questão da regularização  
289 fundiária e que além da referida questão, queria além de estarem inseridos no  
290 processo, que o CONSEA pudesse recomendar ou convidar alguém da EMBRAPA,  
291 que pudesse tratar com os indígenas da questão dos recursos genéticos pois sabiam  
292 que a EMBRAPA possuía bancos de sementes. O senhor Milton Rondondisse que pôde  
293 ver na Comissão 2, o projeto que era muito bom e que o mais importante, era que o  
294 projeto havia saído do COSEA. Ressaltou a questão dos agrotóxicos era preciso ter  
295 uma estratégia muito clara para o Codex Alimentaris, assim como na CTNbio, o  
296 representante do Itamaraty era um ativista de transgênicos, no Codex Alimentaris o  
297 Brasil muitas vezes era um ativista de padrões muito arriscados de toxicológicos. A  
298 senhora Mariana reforçou a importância do asseguramento de informações ao  
299 consumidor. Falou dos vários contatos feitos com a ANVISA para requerer uma revisão  
300 da norma de rotulagem, para que houvesse uma revisão no sentido que a informação  
301 sobre a saúde, o impacto na saúde do consumidor através do consumo de certos  
302 alimentos fosse feito, mas observou-se uma resistência ainda muito grande quanto à  
303 possibilidade dessas reformulações. Era importante também discutirem estratégias de  
304 como atuar no Codex de maneira efetiva. Comentou ainda sobre a rotulagem que  
305 publicaram no ano anterior uma pesquisa que analisava as embalagens dos alimentos  
306 que faziam apelo a conter determinadas frutas, ou serem saudáveis por conterem  
307 frutas. Identificaram que até 80% de uma embalagem de um alimento, usava  
308 informação para divulgar esse apelo à saúde, mas não continha frutas, não continha  
309 quantidade substancial desses alimentos. O senhor Julian resgatou a fala do senhor  
310 Natal e da senhora Elza que falaram sobre a importância, dos circuitos locais.  
311 Esclareceu que às vezes tinha-se dificuldade de enxergar o que eram circuitos locais e  
312 muitas vezes há redução das discussões sobre as políticas de abastecimento, as

313 estruturas públicas de abastecimento, e a discussão dos circuitos locais. Revelou que  
314 viu poucas políticas que realmente apoiassem e expandissem ações voltadas para os  
315 circuitos locais. Era cada vez mais importante atrelar as discussões à Política de ATER,  
316 à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e se articulasse as questões  
317 de ATER ao marco legal das organizações não governamentais, das organizações da  
318 sociedade civil. Falou sobre a semente que era preciso pensar numa política de  
319 estoque de semente. E por último, esclareceu que estavam falando muito da política  
320 dos restaurantes populares, da importância do acesso à alimentação, que achava que  
321 os restaurantes populares poderiam fazer um papel que o PAA fazia, de regular  
322 mercado, que poderiam pensar numa expansão dele, não numa perspectiva só social  
323 mas de regulação de mercado. A Presidenta Mária Emília antes de voltar a palavra  
324 para a mesa. Tentou agrupar algumas questões, sugerindo que algumas retornassem à  
325 mesa. Identificou que havia propostas de maior explicitação do contexto que nós  
326 estavam discutindo: a proposta da Política Nacional de Abastecimento Alimentar,  
327 resultados do debate do dia anterior, onde os presentes acrescentam outras sugestões,  
328 entre elas a de darem uma maior ênfase na explicação de riscos em relação a  
329 desabastecimento, a mau abastecimento e também a preços de insumos que  
330 interferiam, que eram do contexto. Também uma proposta que diz respeito aos  
331 princípios que mencionados, orientadores da política, que se acrescentasse o princípio  
332 com relação a gênero. E uma proposta que já vinha sendo discutida há muito tempo de  
333 inclusão das feiras e sobretudo das agroecológicas, como equipamentos públicos de  
334 segurança alimentar e nutricional era preciso ver se isso estava devidamente claro na  
335 proposta, porque estava sendo repetidas vezes enfatizadas no plenário e na  
336 conferência. Havia ainda propostas relativas à buscas de informações. Revelou que  
337 identificou que precisavam de dados mais claros sobre o que são os circuitos locais no  
338 Brasil, circuitos curtos das feiras, mas também outras modalidades, das lojas, pontos  
339 de venda, etc..outro aspecto observado pela Presidenta, de dados sobre safra,  
340 pensando em produtos não somente da cesta básica, mas também do extrativismo e  
341 ainda a necessidade de dar um tratamento à questão da tributação nos circuitos curtos.  
342 Informou que um segundo bloco dizia respeito a uma controvérsia que se manifestou,  
343 onde havia um acordo em relação à importância do grupo gestor interministerial, para  
344 que essa política e exprimisse concretamente, mas havia uma controvérsia em relação  
345 ao lugar dessa gestão. A proposta era que fosse no MAPA, mas ouvimos a visão do  
346 deputado, depois outros não se externaram a respeito, mas que seria muito mais  
347 coerente que tivesse no MDA. Esclareceu que transferiria a questão para a própria  
348 mesa reexaminar. Um terceiro bloco eu chamou de dúvida, hiato, houve manifestação  
349 da plenária em relação à necessidade de ter mais claro em que medida o PL, ou a  
350 Proposta da Política contemplava de fato uma visão de sistema incluindo os pequenos  
351 municípios, rural. Um quarto agrupamento dizia respeito ao encaminhamento. Lhe  
352 pareceu claro que havia uma adesão à proposta e a necessidade da mobilização social  
353 no Congresso e do Governo no Congresso também, para que fosse caminhado em  
354 regime de urgência a proposta do PL, lembrando que política como alguns realçaram,  
355 articulada com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com a  
356 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, formavam um conjunto que  
357 dava de políticas estruturantes que diziam respeito à visão de desenvolvimento que o

358 CONSEA possuía, só que foi acrescido que era preciso detalhar um pouco mais o PL.  
359 E por último, identificou proposta de desdobramentos que o debate trouxe à tona outros  
360 debates de outras questões que também já eram parte da pauta do CONSEA, o debate  
361 aqui mostrou o quanto a Política de Abastecimento estava relacionada com a  
362 necessidade de se ter também um Plano Nacional de Redução do uso de Agrotóxicos.  
363 Por último falou sobre a questão dos recursos genéticos das sementes sobre vários  
364 ângulos. Sobre seu desaparecimento a perda de sementes e a necessidade de uma  
365 política de estoque de sementes. O senhor Ronaldo se referiu sobre a polêmica  
366 levantada pelo senhor Nazareno. Esclareceu que um dos problemas da proposta de  
367 2005 era que não tinha vinculação institucional proposta e não se tinha confiança de  
368 onde colocar uma proposta de abastecimento. E que a proposta atual era arriscada,  
369 mas contornável por duas razões: Primeiro porque uma parte importante do que iria  
370 implementado do entorno da Política de Abastecimento, estaria no MAPA. A CONAB  
371 estaria lá, as centrais tinham uma vinculação lá, porque era inevitável, não havia  
372 sequer o argumento de fortalecer agricultura familiar, fosse suficiente para levar para o  
373 MDA, porque também não era um Programa de Agricultura Familiar, A segunda razão  
374 era que não perceber o que o MDA, estivesse muito interessado na discussão e nem  
375 para tocar uma política dessa, não tem bala na agulha, digamos assim, é muito grande  
376 para o MDA. Terceiro, concordou com o senhor Julian de que tinham ter uma idéia de  
377 equipamentos públicos bastante ampla e equipamento público, tinha o papel. O senhor  
378 Silvio Porto disse que a questão colocada pelos senhores do Natal e Julian em relação  
379 aos equipamentos públicos, tinha uma discussão extremamente relevante que tinha  
380 três aspectos, um era um avanço dos supermercados, fossem grandes redes, ou  
381 médias, em termos de porte, de capacidade de enfrentamento e de ocupação desse  
382 espaço. Um outro elemento fundamental, seria a questão circunscrita, aquilo que era  
383 próprio dos municípios, que era o aspecto do Plano Diretor das cidades. Que seria  
384 excelente que se tivesse uma feira de produtores, mas que não deveriam olhar como  
385 um preconceito, em relação aos pequenos comerciantes, porque eles eram importantes  
386 e diria que mesmo que fosse uma feira só de comerciantes, que ela era muito melhor  
387 do que um grande supermercado, ou um médio supermercado porque no mínimo  
388 democratizava a economia, a relação entre as pessoas. No caso do circuitos locais,  
389 poderiam discutir esses aspectos que até porque no caso da feira, a grande maioria  
390 dos produtos eram isentos, a não ser o elaborados e processados que tinham um outro  
391 tratamento. O senhor Carlos Eduardo revelou que iria se deter em duas questões, uma  
392 primeira, acreditava que já haviam avançado, pois á medida que discutiam outros  
393 temas já tratavam de Política de Segurança Alimentar e de Lógica de Políticas,  
394 Sistema e Plano, mesmo tendo dificuldade de tratar de outros assuntos quando se  
395 falava de Sistema Nacional de Agroecologia Produção Orgânica e mesmo se  
396 encontrando nesse embate, onde precisavam incorporar PL, a lógica de Política,  
397 Sistema e Plano, tinham um Sistema Nacional de Abastecimento, muito claro no PL. E  
398 por último, reforço a fala do senhor Natal sobre circuitos locais curtos, revelou uma  
399 preocupação de não encontrar Políticas Nacionais nos municípios, retomando as ideias  
400 do senhor Natal, disse que os circuitos locais não aparecem, não tinham visibilidade, e  
401 que isso precisava ser pensado, que não tinha de entrar como formulação, mas era  
402 uma leitura de estratégia de política, que CONSEA precisava discutir, como deveriam

403 tratar o acesso às Políticas Públicas no plano local, mesmo que se tivesse um olhar  
404 nacional. A senhora Ivani falou sobre as feiras noturnas que já era uma forma de  
405 avanço, porque estava na contramão. Quanto a colocar os produtores nas feiras, os  
406 produtores orgânicos, seria o ideal. Uma outra ponto abordada pela senhora Ivani, foi  
407 sobre as hortas esclareceu que a horta mostrada era uma horta educativa onde o que  
408 era produzido ia para o banco de alimentos para ser doado, a referida horta era apenas  
409 um espaço para educação, visita dos alunos. Houve uma tentativa de implementação  
410 de uma horta em Santo André, mas não foi bem sucedida, porque não se encontrava  
411 pessoas com sensibilidade de produzir e o produtor não tinha o apoio financeiro.  
412 Retificou que havia dito que não estava o princípio de relações de gênero dentro da  
413 Política, mas, estava. O que havia era uma solicitação no sentido de haver uma  
414 concretização de representação desses princípios também de etnia dentro da proposta  
415 da política. O senhor Luís Sabanai informou que no dia anterior, participou de uma  
416 reunião envolvendo vários órgãos de governo, principalmente da área do  
417 abastecimento, MDA, MAPA e mais uma série de outros órgãos. Na temática tinha 9 a  
418 10 temas que eram transversais e no final do ano apresentariam uma proposta da  
419 referida reunião e que o CONSEA tinha de se apropriar desse debate e que já era um  
420 Eu acho que isso já é um avanço do ponto de vista dessa questão que estava sendo  
421 colocada e é prioridade nossa de governo concluir o processo. Esclareceu ainda que  
422 estava de acordo com as ideias do senhor Renato e que a Presidenta Maria Emília  
423 apresentaram, mas queria complementar, que avaliaram na medida do possível, tinham  
424 o mesmo formato no PNAI, de ter um grupo gestor mais um comitê construtivo da  
425 sociedade civil, e que seria o caso de aplicar também a discussão de Política de  
426 Abastecimento. A presidenta elogiou a sugestão, dizendo que certamente seria aceita.  
427 Antes de fazer o encaminhamento final, deu a palavra à senhora Valéria e logo após,  
428 ao senhor Rubens. A senhora Valéria com o turno da fala, falou sobre a Política de  
429 Abastecimento, e sua relação com o SISAN. Disse que o SISAN era uma proposta do  
430 conselho, estava num momento muito rico de construção, realizando oficinas regionais,  
431 discutindo fortemente sua relação com a Política da Segurança Alimentar e é claro que  
432 essa relação acaba gerando uma outra ligação com a Política de Abastecimento.  
433 Reafirmou que o senhor Renato colocou 4 pontos da relação com o SISAN dentre elas  
434 recuperar o papel do Estado, intersetorialidade, relação com os entre federados e  
435 controle social. A senhora Valéria discutiu os dois pontos. A presidenta Maria Emília  
436 realizando um encaminhamento, se todos concordassem sugeriu que primeiro o  
437 CONSEA prepararia com base no debate uma exposição de motivos. Segundo, que  
438 seria importante a convocação de um pleno de Ministros para uma finalização do  
439 debate, que tal ato poderia coroar esse compromisso da própria CAISAN e ao mesmo  
440 tempo verificar em que medida o detalhamento do PL, poderia ser feito e em terceiro  
441 lugar, prepararem para essa mobilização, tanto no Congresso, junto à sociedade, sobre  
442 a importância política de uma Política Nacional de Abastecimento alimentar. Perguntou  
443 se todos estavam de acordo e não havendo contestação deu por aprovada a proposta.  
444 Em seguida agradeceu a presença de todos, aos membros da mesa e pediu ao senhor  
445 Rubens para que permanecesse a fim de dar segmento à sessão. Informou que o  
446 senhor Silvio Porto poderia permanecer à mesa a senhora Valéria Buriti, informou que  
447 antes da assinatura do termo, chamaria o senhor Edgar, para proceder a leitura de uma

448 carta em homenagem ao Dia Nacional do Zumbi e da Consciência Negra. O senhor  
449 Edgar agradeceu a oportunidade e fez a leitura da carta. Em seguida a presidenta  
450 Maria Emília reafirmou o compromisso político do CONSEA de continuar a luta contra  
451 as desigualdades. E convidou o senhor Marcelo Cardoso, superintendente da Área  
452 Agropecuária de Inclusão Social do BNDES para a assinatura do acordo de atuação  
453 conjunta entre a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e o Banco Nacional  
454 de Desenvolvimento Econômico e Social, para viabilizar o apoio a agricultores e  
455 agricultoras familiares. Por meio de pequenos investimentos, não reembolsáveis,  
456 voltados para estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento,  
457 armazenamento e comercialização. Uma demanda histórica dos movimentos sociais e  
458 era uma honra celebrar aquele ato no CONSEA. Sem mais pontos de pautas a serem  
459 discutidos a presidenta Maria Emília encerrou a reunião.